

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 3.427, DE 2008

Acrescenta à CLT o art. 818-A, altera os arts. 195 e 790-B e revoga os §§ 1º, 2º e 3º do art. 195 e os §§ 4º e 6º do art. 852-A, para dispor sobre ônus da prova nas reclamações sobre insalubridade e periculosidade e estabelecer critérios para a remuneração do perito em caso de assistência judiciária gratuita.

Autor: Deputado DANIEL ALMEIDA

Relatora: Deputada MANUELA D'ÁVILA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Ilustre Deputado Daniel Almeida, objetiva alterar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) a fim de modificar a redação:

- a) do art. 195, para dispor que a perícia será realizada por Médico do Trabalho ou Engenheiro de Segurança do Trabalho regularmente inscritos em seus conselhos profissionais, não mais pelos habilitados e registrados no Ministério do Trabalho e Emprego, e que, somente em casos excepcionais, o Ministério do Trabalho e Emprego atenderá requisições para a realização de perícias no estabelecimento com o objetivo de caracterizar, classificar ou delimitar as atividades insalubres e perigosas; e
- b) do art. 790-B, para incluir a hipótese de que a responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais será do empregador na hipótese do art. 818-A da CLT (que está sendo acrescido à CLT pela proposição em análise).

O art. 818-A proposto estabelece que é ônus do empregador “demonstrar que propicia a seus trabalhadores meio ambiente sadio e seguro ou que adotou, oportuna e adequadamente, as medidas preventivas de modo a eliminar ou neutralizar os agentes insalubres, penosos ou perigosos, bem como as causas de acidentes ou doenças ocupacionais.”

Alega o Autor, em sua justificação, que atualmente vivemos um impasse quanto ao pagamento dos honorários periciais quando a parte sucumbente é beneficiária da justiça gratuita.

Sendo assim, o projeto “busca como solução a transferência do ônus da prova para o empregador, que deverá apresentar, no momento da defesa, prova de que o ambiente de trabalho oferecido a seus empregados é livre de agentes insalubres ou perigosos, bem como de que adotou todas as medidas preventivas necessárias à manutenção da saúde do trabalhador.”

A proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, em regime de tramitação ordinária.

Vencido o prazo regimental, não foram apresentadas Emendas nesta Comissão, conforme Termo de Recebimento de Emendas datado de 28 de agosto de 2008.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Primeiramente devemos observar que a presente proposição apresenta mérito dos mais interessantes e, sem sombra de dúvida, vem contribuir com a melhoria do ordenamento jurídico vigente.

A primeira modificação sugerida é a alteração do art. 195 para retirar a exigência de registro e habilitação dos médicos do trabalho e engenheiros de segurança do trabalho no Ministério do Trabalho e Emprego, estabelecendo apenas a obrigatoriedade da habilitação em seus respectivos conselhos profissionais.

Nesse ponto, entendemos que, embora possamos incluir na legislação a obrigatoriedade de tais profissionais estarem habilitados e registrados nos conselhos profissionais (o que estamos fazendo no Substitutivo apresentado), não devemos retirar a exigência de que eles sejam também habilitados e registrados no Ministério do Trabalho e Emprego, pois o registro em conselhos profissionais é exigido para todos os médicos e engenheiros indistintamente, tendo em vista que suas profissões já são de há muito regulamentadas. A habilitação e registro no Ministério do Trabalho e Emprego é para a comprovação de que aquele profissional médico ou engenheiro tem especialização em medicina ou segurança do trabalho. Caso contrário, qualquer profissional inscrito nos conselhos de medicina ou engenharia, sem a devida especialização, poderia emitir laudos dispondo sobre insalubridade, periculosidade, acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais.

A outra alteração a ser analisada é a nova redação dada ao art. 790-B da Consolidação das Leis do Trabalho.

O art. 790-B foi acrescentado à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) pela Lei nº 10.537, de 27 de agosto de 2002, pondo fim à discussão doutrinária e jurisprudencial sobre a responsabilidade do pagamento de honorários periciais, ao dispor que o pagamento dos honorários periciais é responsabilidade da parte que foi sucumbente na perícia.

Essa norma estabelece também que, se a parte sucumbente for beneficiária da justiça gratuita, não podendo, portanto, arcar com os custos processuais, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família, não será responsável pelo pagamento dos honorários periciais.

Dessa forma, atualmente, o perito que atua na ação judicial cuja parte sucumbente seja beneficiária da justiça gratuita fica sem receber a remuneração devida pelos seus trabalhos.

Ora, não há dúvida de que o Estado deva garantir o acesso à Justiça a todos os indivíduos, e isso inclui a possibilidade de pessoas que não podem arcar com os custos processuais estarem isentas de quaisquer pagamentos. Mas o Estado não pode conceder tal direito retirando o direito de outros à remuneração devida pelo trabalho efetivamente prestado; no caso em questão, o trabalho desenvolvido pelos peritos judiciais em processos cuja parte sucumbente seja beneficiária da justiça gratuita.

Absurdo também, seria atribuir à outra parte, vitoriosa na perícia, a obrigação de arcar com os honorários periciais.

Para se corrigir tal omissão legislativa, devemos, então, definir a quem competirá o pagamento desses honorários, pois só assim o perito será remunerado adequadamente pelo seu trabalho e será garantido o pleno acesso ao Judiciário.

Nesse sentido, entendemos que, independentemente de se estabelecer que o ônus da prova da insalubridade e da periculosidade deva ser da empresa (art. 2º proposto pelo PL 3.427/08), os honorários do perito devem ser considerados como parte integrante da justiça gratuita. Deve a lei, portanto, deixar claro que é dever do Estado esse pagamento, o que pode ser feito por meio da inclusão do valor destinado especificamente para o pagamento de honorários periciais nas dotações orçamentárias dos Tribunais.

Concordamos inteiramente com o art. 818-A proposto que visa estabelecer que caberá à empresa o ônus de demonstrar que propicia a seus trabalhadores meio ambiente sadio e seguro.

Por fim, devemos esclarecer que não reproduzimos em nosso substitutivo o art. 4º que revoga dispositivos do art. 195 e os §§ 4º e 6º do art. 852-H, porque, por um lado, estamos dando uma nova redação ao art. 195 e, em relação ao art. 852-H, entendemos que ele se refere ao procedimento sumaríssimo em geral e não apenas em relação a ações relativas ao tema tratado no presente projeto de lei.

Em face do exposto, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei n.º 3.427, de 2008, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputada MANUELA D'ÁVILA
Relatora

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.427, DE 2008**

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre a realização de perícia e o ônus da prova em casos de insalubridade e periculosidade e sobre o pagamento de honorários periciais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os artigos 195 e 790-B da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 195. A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade, segundo as normas do Ministério do Trabalho e Emprego, far-se-ão por meio de perícia a cargo de médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho, devidamente habilitados e registrados no Ministério do Trabalho e Emprego e nos conselhos de regulamentação do exercício profissional.

§ 1º É facultado às empresas e aos sindicatos das categorias profissionais interessadas requererem ao Ministério do Trabalho e Emprego a realização de perícia em estabelecimento ou setor deste, com o objetivo de caracterizar e classificar ou delimitar as atividades insalubres ou perigosas.

§ 2º O disposto no § 1º deste artigo não prejudica a ação fiscalizadora do Ministério do Trabalho e Emprego, nem a realização *ex officio* da perícia.” (NR)

.....

“Art. 790-B. A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia.

Parágrafo único. Se a parte sucumbente for beneficiária de justiça gratuita, o pagamento dos honorários periciais correrá por conta das dotações orçamentárias dos Tribunais.” (NR)

Art. 2º A CLT passa a vigorar acrescida do seguinte art.

818-A:

“Art. 818-A. Constitui ônus da empresa demonstrar que propicia a seus trabalhadores meio ambiente sadio e seguro ou que adotou, oportuna e adequadamente, as medidas preventivas de modo a eliminar ou neutralizar os agentes insalubres ou perigosos, bem como as causas de acidentes ou doenças ocupacionais.

§ 1º O reclamado deverá apresentar, com a defesa, documentação relativa aos programas e instrumentos preventivos de segurança e saúde no trabalho a que está obrigado a cumprir.

§ 2º Se o reclamado não cumprir o disposto no § 1º, o juiz poderá determinar a realização de prova pericial às suas expensas.

§ 3º Será dispensável a realização da perícia sempre que o juiz entender que as provas dos autos são suficientes para respaldar tecnicamente sua decisão.

§ 4º Determinada a realização da prova técnica, o juiz nomeará perito, facultando às partes, no prazo de cinco dias, a formulação de quesitos pertinentes e a indicação de

assistentes técnicos, os quais apresentarão seus pareceres no prazo fixado para o perito.

§ 5º As partes que não indicarem assistentes técnicos poderão apresentar impugnação fundamentada aos laudos, no prazo comum de cinco dias, contado a partir da entrega do laudo oficial.

§ 6º O perito do juízo e os assistentes técnicos deverão estar habilitados na forma do art. 195.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputada MANUELA D'ÁVILA
Relatora